

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **PROCESSO: 2901/2025**

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da CRFB/88 e aos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o procedimento de contratação.

### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Constitui objeto do presente, a contratação de empresa especializada para a realização de oficinas voltadas à Terceira Idade, com foco em atividades físicas, recreativas e de convivência, visando à promoção da saúde, do bem-estar, da socialização e da qualidade de vida dos idosos atendidos pela política municipal de assistência social.
- 1.2. Natureza do objeto: serviços comuns e contínuos, de natureza educacional, recreativa e socioassistencial, no âmbito das políticas públicas de promoção ao envelhecimento ativo.
- 1.3. Prazo contratual: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato;
- 1.4. Prorrogação: permitida a prorrogação.
- 1.5. Quantitativos estimados:

Item	Descrição	Unid Medida	Quant
01	CONTRATAÇÃO DE FIRMA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES FÍSICAS E RECREATIVAS, TAIS COMO: GINÁSTICA INTEGRATIVA; GINÁSTICA NA CADEIRA; DANÇA TERAPIA; DANÇA SÊNIOR; DANÇA DE SALÃO; JOGOS RECREATIVOS; ZUMBA; FUNCIONAL E GINÁSTICA AO AR LIVRE. COM CAPACITAÇÃO EXCLUSIVA PARA O PÚBLICO IDOSO, TENDO A SEGUINTE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA; DECLARAÇÃO DE DANÇA SÊNIOR E GERONTO-ATIVACÃO COM IDOSOS; COMPROVAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES COM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE (INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA) E CERTIFICADOS NA ÁREA DA TERCEIRA IDADE, COM CONDUÇÃO PRÓPRIA DA EMPRESA CONTRATADA. A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE ATÉ O LOCAL E O FORNECIMENTO DE MATERIAL - REALIZADAS EM 2 (DOIS) TURNOS, DIVIDIDOS EM 2 (DOIS) DIAS.	Meses	12
02	CONTRATAÇÃO DE FIRMA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES FÍSICAS E RECREATIVAS, TAIS COMO: GINÁSTICA INTEGRATIVA; GINÁSTICA NA CADEIRA; DANÇA TERAPIA; DANÇA SÊNIOR; DANÇA DE SALÃO; JOGOS RECREATIVOS; ZUMBA; FUNCIONAL E GINÁSTICA AO AR LIVRE. COM CAPACITAÇÃO EXCLUSIVA PARA O PÚBLICO IDOSO, TENDO A SEGUINTE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA; DECLARAÇÃO DE DANÇA SÊNIOR E GERONTO-ATIVACÃO COM IDOSOS; COMPROVAÇÃO DE TRABALHOS ANTERIORES COM GRUPOS DE TERCEIRA IDADE (INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA) E CERTIFICADOS NA ÁREA DA TERCEIRA IDADE, COM CONDUÇÃO PRÓPRIA DA EMPRESA CONTRATADA. A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE ATÉ O LOCAL E O FORNECIMENTO DE MATERIAL - REALIZADAS EM 2 (DOIS) TURNOS, DIVIDIDOS EM 2 (DOIS) DIAS NO DISTRITO DE CAMPINAS.	Meses	12

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade das ações de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, promovendo sua saúde física e emocional, além da integração social. Tais atividades se inserem nas ações da proteção social básica e atendem à Política Nacional do Idoso e às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução contempla a realização de oficinas presenciais voltadas à promoção do envelhecimento ativo, com foco em atividades físicas leves, recreativas e lúdicas.

3.2. As ações serão planejadas conforme a capacidade funcional dos participantes e executadas por profissionais qualificados. A prestação do serviço inclui planejamento, execução, controle de frequência e entrega de relatórios mensais de atividades.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A empresa contratada deverá atender integralmente aos seguintes requisitos, como condição para participação no processo de contratação e para a adequada execução dos serviços:

#### **4.1.1. Regularidade Jurídica e Fiscal:**

- a) Apresentar documentos que comprovem sua habilitação jurídica e fiscal, conforme exigido na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021);
- b) Apresentação de declaração de responsabilidade técnica pelo serviço;

#### **4.1.2. Capacidade Técnica:**

- a) Dispor de equipe profissional composta por, no mínimo, 1 (um) profissional com formação superior completa nas áreas de Educação Física, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Pedagogia ou áreas correlatas, devidamente registrado no respectivo conselho de classe, quando aplicável;
- b) Apresentar plano de trabalho com cronograma detalhado das oficinas, incluindo metodologias a serem aplicadas, objetivos das atividades e estratégias de inclusão e participação dos idosos;
- c) Demonstrar capacidade logística e operacional para execução dos serviços conforme os locais, dias e horários definidos pela Administração, inclusive com previsão de substituição do profissional, em caso de impedimento ou ausência.

### **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto deverá seguir um modelo participativo, inclusivo e adaptado às necessidades do público idoso, com foco na promoção do envelhecimento ativo, da saúde integral e do fortalecimento de vínculos sociais.

5.2. A contratada deverá realizar planejamento das atividades:

- a) Elaborar um plano mensal de atividades, contendo os objetivos, conteúdo das oficinas, materiais necessários e metodologia a ser aplicada;
- b) Submeter o plano mensal à aprovação prévia da equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3. Execução das Oficinas:

- a) Realizar 16 (dezesesseis) oficinas por mês, com duração de 01 (uma) horas cada, em local previamente definido pelo Município;
- b) As oficinas devem contemplar atividades físicas de baixo impacto (como alongamentos, dança, ginástica localizada), jogos e dinâmicas recreativas, rodas de conversa e atividades de estímulo cognitivo;
- c) Estimular a participação ativa, respeitando os limites físicos e emocionais dos participantes, garantindo um ambiente seguro, acolhedor e motivador.

5.4. Materiais e Equipamentos - fornecer, quando necessário, materiais pedagógicos e recreativos de apoio às atividades, como bolas, bastões, elásticos, colchonetes, jogos, entre outros.

5.5. Responsabilizar-se pela conservação e transporte dos materiais utilizados.

5.6. Monitoramento e Avaliação:

- a) Coletar a assinatura dos participantes em listas de presença;
- b) Produzir relatório mensal com registro das atividades realizadas, número de participantes, fotos (com autorização) e avaliação do desempenho e participação do grupo;
- c) Realizar reuniões periódicas com a equipe técnica da Administração para avaliação dos resultados e adequação das ações, quando necessário.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1 A medição será feita por quantidade de oficinas efetivamente realizadas, com base na ordem de serviço emitida e no relatório de execução.

7.2. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal, relatório de execução e atesto do fiscal do contrato.

7.2. Havendo descumprimento de quantidade ou qualidade, poderá haver glosa proporcional.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado está abaixo do limite legal para contratação direta de serviços. O critério de seleção será o menor preço por item, desde que atendidas todas as especificações técnicas e requisitos de qualificação exigidos no Edital.

8.2. Para a habilitação, os licitantes deverão atender aos requisitos estabelecidos nos termos da Lei nº 14.133/2021 e apresentar a documentação comprobatória correspondente, conforme segue:

8.2.1- Documentos de habilitação FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.2.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

8.2.1.2- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.3- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) – Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda no 358/2014.

8.2.1.4- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

8.2.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

8.2.1.6- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço– FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.2.1.7- Prova de regularidade trabalhista emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br>).

8.2.1.8- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2.2 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.2.2- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

8.2.3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional; as empresas participantes deverão apresentar atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a mesma já forneceu satisfatoriamente o objeto, em plena validade;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3.1- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4. O contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

9.1. Não se aplica.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 17.496,00, com preços unitários referenciais e memórias de cálculo detalhadas. Os parâmetros utilizados para os cálculos de preços são baseados na pesquisa de mercado realizada, levando em consideração o art. 23 da Lei de Licitações. Para pesquisa foi utilizado o valor do último pregão 124/2023.

10.2. As memórias de cálculo e documentos de suporte estão anexados e classificados, conforme a Lei de Acesso à Informação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos do FNIS.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**Sec de Desenvolvimento Social: 1901.08244 0033 2.286 3390.39.00000 166000000001 57**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

12.1- . Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:

12.1.1. Fiscal técnico/contrato: **Vanessa de Oliveira Gaspar** - MAT: 25.09.5315

12.1.2. Gestor do Contrato: **Carla Pereira dos Santos** - MAT: 25.09.5331

## 13. DAS SANÇÕES

13.1. O não cumprimento das obrigações poderá resultar na aplicação de penalidades, incluindo multa, suspensão do direito de participar de novos procedimentos e demais sanções previstas na legislação – Lei 14.133/2021.

## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão competente, com base na Lei de Licitações nº 14133/2021 e nos princípios administrativos aplicáveis.

14.2 Todos os requisitos técnicos, operacionais e administrativos foram analisados para garantir a conformidade da contratação com as normas vigentes.

Sumidouro, 25 de junho de 2025.

<div><b>Gestor do Contrato</b> Carla Pereira dos Santos Coordenadora de Programas Especiais e Ações de Proteção ao Idoso MAT: 25.09.5331</div>	<div><b>Fiscal do Contrato</b> Vanessa de Oliveira Gaspar Coordenadora do CRAS MAT: 25.09.5315</div>
--	--

Autoridade Competente
<p>Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo <b>O</b> <b>PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.</b></p> <p><div><b>Jerônimo Assis Cardoso Junior</b> <i>Secretário Municipal de Desenvolvimento Social</i></div></p>